

190 333

1644

3

Entrevista: Júlio Gaiger

“Decreto acabou com o autoritarismo”

FLAVIO ILHA
Sucursal/Brasília

O novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) só trata o ministro da Justiça – seu superior imediato – como Nelson. É a partir dessa relação de amizade e confiança com o ministro Nelson Jobim – nascida na década passada, quando os dois se conheceram no Rio Grande do Sul – que Júlio Gaiger espera afastar o fantasma que rondou os últimos ocupantes de um dos postos mais espinhosos do governo. Gaiger afirma que usará métodos muito particulares para gerir a questão indígena no Brasil. A fala mansa é atribuída ao contato com os índios. “Com eles têm que ser assim”, diz o advogado especializado – na prática – em questões indígenas. Desde 1977, quando participou de um ciclo de palestras em Porto Alegre, onde nasceu há 39 anos, Gaiger não abandonou mais a militância indigenista. Outra causa que ele não esconde é a das campanhas presidenciais do ex-candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva. “Não sou o único nessas condições a integrar esse governo”, responde Gaiger. Um dia depois de assumir o posto, Gaiger recebeu 50 índios xavantes. Ao contrário do seu antecessor, Márcio Santilli, Gaiger não foi “sequestrado” pelos índios nem teve de vestir um cocar para mostrar sua intimidade com a causa indigenista. “Eu não sou cacique, por isso não coloco cocar”, explicou. A seguir, trechos da entrevista que Gaiger concedeu à Zero Hora na sexta-feira.



Amizade: Gaiger (E) e o ministro Jobim se conhecem desde a década passada

Zero Hora – O senhor assumiu, na última quinta-feira, sob fortes críticas por ter auxiliado na formulação do decreto que permite contestação judicial no caso das demarcações de terras indígenas. Isso abala sua administração?

Gaiger – Não vi essas críticas endereçadas a mim. São críticas endereçadas ao decreto. E não são novas.

ZH – Mas elas atingem o senhor indiretamente. Até porque sua posição anterior ao decreto era de que o direito ao contraditório tinha uma conota-

ção eminentemente política, não jurídica.

Gaiger – Isso foi lembrado, sim, mas não em tom de crítica. Durante a revisão constitucional nós debatemos publicamente no seguinte sentido: do ponto de vista jurídico, o contraditório não é uma exigência técnica num procedimento como o de demarcação de terras indígenas. Agora, há a necessidade de consolidar os procedimentos demarcatórios e isso leva a uma conveniência política de trazer para o processo as resistências que se faziam de forma extra-oficial e, algumas

vezes, de modo nebuloso. É como se estivéssemos jogando um holofote sobre as resistências, para que elas sejam canalizadas de acordo com o procedimento estabelecido pelo decreto.

ZH – Há também alguma possibilidade de o decreto 1.775 ser considerado inconstitucional?

Gaiger – De fato, havia duas liminares e a expressão inconstitucional num voto do ministro-relator (Ilmar Galvão), em três processos distintos. Também havia manifestações de ministros do Supremo Tribunal Federal com fortes críticas ao decreto 22, justamente pelo fato de não se garantir manifestação de direito para aqueles que eventualmente viessem a ser atingidos pela demarcação. Na prática, em vez dos descontentes recorrerem ao Judiciário, eles recorriam a todo tipo de pressão política.

ZH – Mas há uma ação popular contra o decreto na Justiça.

Gaiger – Sim, é uma ação de autoria do deputado Ivan Valente (PT-SP) alegando que o decreto é lesivo ao patrimônio público por permitir que terras públicas possam ter contestação por parte dos prejudicados. Uma liminar já foi negada, mas a Justiça abriu prazo para as alegações das autoridades.

ZH – A pressão política continua, mesmo depois do decreto 1.775?

Gaiger – Essa pressão sempre teve apenas uma base de argumentação até hoje: que o processo de demarcação era autoritário e imperial. Bem, o decreto terminou com isso: não é mais autoritário e imperial. Quem acha que terá prejuízos vai à Justiça e contesta isso.